ANEXO XV
(uso exclusivo da Sudesb)

RELATÓRIO HABILITAÇÃO – COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE DO CHAMAMENTO PÚBLICO – ENVELOPE 1

PROPONENTE _____
PROJETO_____

Edital – 11/2017.	**SIM**	**NÃO**
Objetivo social compatível		
Ausência de fins econômicos		

Checklist do hall de documentos – **atendendo a data, vigência, validade**:

Edital – 11/2017.	**SIM**	**NÃO**
a) Comprovação de no mínimo, um, dois ou três anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, atualizado via internet		
b) Comprovação da Constituição, conforme Lei Estadual 8.647 de 29.07.03: Estatuto Social devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos, o qual deverá conter dispositivo estabelecendo a obrigatoriedade de não distribuir, entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do patrimônio e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social		
c) Ata de Eleição da Diretoria		
d) Termo de posse da Diretoria com qualificação dos dirigentes		
e) RG, CPF do presidente da entidade		
f) Comprovante de residência atual do presidente da entidade		
g) Comprovante de endereço da entidade		
h) Último balanço patrimonial/fiscal anual		
i) Requerimento de inscrição - **ANEXO III**		
j) Declaração de que a entidade não está em situação de mora ou inadimplência junto à Administração Pública Estadual, relativo a outros recursos anteriormente repassados - **ANEXO IV**		
k) Declaração de submissão aos termos do edital - **ANEXO V**		

l) Declaração de Responsabilidade - **ANEXO VI**		
m) Declaração de respeito ao Direito de Uso e de Imagem de Terceiros - **ANEXO VII**		
n) Indicação do responsável pelo acompanhamento da execução do contrato, com RG, CPF, telefones de contato, fax e e-mail em papel timbrado da instituição		
o) Certificado de Regularidade do FGTS (Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) se tiver empregados em sua estrutura. Caso não possua empregados (as) o Representante Legal da entidade deverá apresentar uma declaração de que não possuem empregados (as)		
p) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União		
q) Certidão Negativa de Débitos Tributários (Prova da regularidade perante a Fazenda Estadual)		
r) Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Municipal		
s) Certidão de Regularidade Trabalhista		

CONCLUSÃO:

a) ( ) **HABILITADO** nos termos do Edital Chamamento Público nº 11/2017.

b) ( ) **NÃO HABILITADO** por apresentar falta e/ou irregularidades acima, junte-se o envelope 2, ainda lacrado e que não será analisado, procedendo-se à consequente publicação de inabilitação da Proponente, por não atendimento ao(s) requisito(s) acima.

Salvador, _____ de _____ de 2017.

Assinatura dos Membros da Comissão